

**Parecer n.º 333/2012**

**Data:** 2012.11.20

**Processo n.º 228/2012**

**Queixa de:** A

**Entidade requerida:** Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

## **I - Factos e pedido**

1. A solicitou ao Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, em 17 de Abril de 2012, *“através de passagem de certidões ou fotocópias autenticadas”*, diversas informações:

- “1. Extrato do protocolo e alvará de cedência à associação dos proprietários da Aldeia das Açoteias que concede a esta entidade a capacidade e legitimidade para administrar o loteamento;*
- 2. Qual o número de registo do prédio e alvará de autorização e utilização pela associação de proprietários das Açoteias, cujo imóvel se encontra ocupado por esta organização desde 5 de Março de 2011 (...);*
- 3. Qual o projeto e data de autorização para a edificação de um mini campo desportivo no jardim junto ao Bloco 3;*
- 4. (...) informação sobre qual o Departamento que autorizou a colocação de sinais de trânsito, placas toponímicas e rampas elevadas nos pavimentos das ruas do loteamento”.*

Esta pretensão vem na sequência de uma série requerimentos apresentados por A à entidade requerida, relacionados com alegadas ilegalidades verificadas com a associação de proprietários da Aldeia das Açoteias.

2. O requerente apresentou queixa à CADA, alegando falta de resposta ao seu requerimento.
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida afirma ter remetido ao requerente, através do ofício 1986, de 27 de julho de 2012, informação sobre a sua pretensão. Nesse ofício, o requerente é informado dos seguintes pontos:

- “1. Não foi recolhida nenhuma informação, por parte dos serviços consultados, que demonstre a existência do documento solicitado.*
- 2. Com os dados fornecidos pelo requerente e após consulta da documentação existente em Arquivo, não é possível dar resposta ao solicitado.*
- 3. De acordo com os elementos facultados pelo interessado não é possível prestar a informação solicitada. Eventualmente, através de uma planta de localização*

*devidamente assinalada e demarcada seja mais fácil identificar o terreno e respectivas construções.*

*4. Informa-se que não foi emitida por estes serviços (DRV/T/DAVE) qualquer autorização de colocação de sinais de trânsito, placas toponímicas ou rampas elevadas nos pavimentos das ruas do loteamento em causa.”*

## **II - Apreciação jurídica**

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos [n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º].

Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.

2. Considerando que a entidade requerida se encontra sujeita à LADA [alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º], cumpre apreciar a questão que deu origem à presente queixa
3. A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome [alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º].

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de agosto de 2011, “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º, nos termos do qual “[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.”

Os documentos administrativos são, em princípio, de acesso livre e generalizado.

O artigo 6.º identifica, contudo, algumas restrições ao direito de acesso:

- a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);
- b) Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);

c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens, constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>1</sup>.

4. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, “*acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada*” [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

São ainda nominativos os documentos administrativos que contenham opiniões sobre a pessoa (nomeadamente as expressas em processos de averiguações, de inquérito e disciplinares), os que traduzam descontos no respectivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade da vida privada.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse direto, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 artigo 6.º).

Os documentos nominativos “*são objeto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (n.º 6 do artigo 7.º).

5. A entidade administrativa declara não ter informação de que exista o protocolo ou o alvará a que alude o requerente. Como tal, não está obrigada a elaborar documentos com a finalidade exclusiva de satisfazer o pedido do requerente (n.º 5 do artigo 11.º). O requerente foi informado do facto.

---

<sup>1</sup> J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra Editora, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, p. 430.

O mesmo se diga relativamente à presumida (pelo requerente) autorização para a colocação dos sinais de trânsito, placas toponímicas ou rampas elevadas, no loteamento em apreço, autorização que o requerido declara não existir.

6. Já no que toca ao número de registo do prédio e alvará de autorização pela associação de proprietários da Açoteias do imóvel que ocupa, a entidade requerida deve justificar porque *“não é possível dar resposta ao solicitado”*.

Não satisfazendo a pretensão do requerente, a Administração tem que fundamentar essa decisão [alínea c) do n.º 1 do artigo 124.º do Código de Procedimento Administrativo], de forma a que aquele entenda a motivação subjacente à sua posição.

7. No que respeita ao projeto e data de autorização para a edificação do mini campo desportivo, também aí o requerido deverá fundamentar essa impossibilidade de prestar a informação solicitada.

Nomeadamente, deverá informar o requerente do porquê da impossibilidade de identificar o projeto em causa através dos elementos facultados pelo requerente - recorde-se que se trata de um mini campo desportivo num aldeamento (identificado).

### **III - Conclusão**

Em razão do exposto, deve o requerente ser informado dos motivos pelos quais não é possível à entidade requerida facultar o acesso aos documentos a que se referem os dois números anteriores.

Comunique-se.

Lisboa, 20 de novembro de 2012

David Duarte (Relator) - Pedro Delgado Alves - Maria Eduarda Azevedo - Antero Rôlo -  
Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)